

## ***Como os sem-terra se inventaram pela mídia: a novidade social nos anos 1990***

---

*Rachel Bertol*

Existe no Brasil um passe de mágica intelectual, ou um truque epistemológico que consiste no seguinte: problemas antigos e que continuam sem solução são dados como resolvidos.

Ou passam à categoria de problemas chatos, obsoletos. Arrisca-se, por isso, a um certo ridículo quem fala ainda em reforma agrária no Brasil, o argumento principal sendo que a agricultura hoje nada mais é do que a parte antiquada da agroindústria moderna.

A indústria domina o campo e as multinacionais, a indústria. Falar em camponês, parceiro, meeiro, peão – prossegue o argumento – seria falar nos direitos de servo da gleba, escudeiros ou palafreiros.

(Antonio Callado,  
*Entre Deus e a vasilha: ensaio sobre a reforma agrária,  
a qual nunca foi feita*)

Não vimos o traço superior do acontecimento.  
Aquele afloramento originalíssimo do passado, patenteando todas as falhas da nossa evolução, era um belo ensejo para estuarmos-las, corrigirmos-las ou anularmos-las. Não entendemos a lição eloqüente.  
Na primeira cidade da República, os patriotas satisfizeram-se com o auto-de-fé de alguns jornais adversos, e o governo começou a agir.  
Agir era isto – agremiar os batalhões.

(Euclides da Cunha, *Os sertões*)

Nunca, no Brasil, um movimento de cunho social conseguiu firmar-se de forma tão organizada e sólida quanto o dos sem-terra brasileiros. Ao longo dos anos 1990, o país assistiu ao fenômeno sem-terra. Este artigo, a partir do ponto de vista urbano, tem como objetivo mapear como se iniciou e se processou a intervenção dos sem-terra no dia-a-dia da imprensa brasileira. Enfim, como se tornou um tema de repercussão nacional.

A principal fonte para a constituição dessa história são reportagens de jornais e revistas (consultaram-se cerca de trezentos artigos).<sup>1</sup> Acreditamos que o jornal é uma “grade”, ou rede, constituída de fluxos dos mais diversos sentidos. Um espaço que, apesar de apresentar-se com uma personalidade própria (cujo tom pode ser delineado, sobretudo, pelos editoriais), é sempre entrecortado por vozes e opiniões distintas. A própria leitura do jornal é um exercício de análise; muitas vezes, dá-se como em um negativo: pela recusa, pela desconfiança, pelo questionamento sobre o que se omitiu, pela montagem de narrativas paralelas. Na mídia, os sem-terra aparecem em toda a sua ambigüidade – e, por não serem simplesmente o que lemos, a sua realidade é maior do que podemos captar pelo recorte midiático. Toda leitura implica silêncios cheios de sentido: somos lançados a referências apontadas pelo texto (ou por reportagem televisiva ou radiofônica), a leitura final sendo subjetiva (Orlandi, 1997).

Estamos convencidos de que um riquíssimo capital simbólico se descortinou com a consolidação dos sem-terra na opinião pública. Eles abriram uma nova porta à análise da sociedade brasileira. Se soaram anacrônicos, também se mostraram atuais – e, por isso, apresentam-se contraditórios e complexos. As teorias desenvolvidas por Bourdieu sobre a constante luta social por poder simbólico, travada eminentemente com a arma da palavra, irão nos ajudar a pensar as metamorfoses desse processo.

Antes de irmos aos anos 1990, retrocederemos à década de 1980, viagem crucial para o entendimento do que aconteceu. O capital simbólico disputado na

mídia (e o que mais se pode disputar, nesse espaço de linguagem?) não se constituiu de repente, mas resultou de longa maturação. É luta que se trava mesmo sem saber: “O poder simbólico é de fato esse poder invisível que só pode se exercer com a cumplicidade de quem não quer saber que o sofre ou mesmo que o exerce”, afirmou Bourdieu (2001: 202).

Trataremos das cumplicidades silenciosas dessa luta pelo capital simbólico. Ainda segundo Bourdieu (2001: 207), “as diferentes classes e frações de classes estão engajadas numa luta propriamente simbólica para impor a definição de mundo social mais conforme seus interesses, com o campo de tomadas de posições ideológicas reproduzindo sob uma forma transfigurada o campo das posições sociais”. E trata-se de uma luta sem fim, na qual as pessoas envolvidas mantêm relações fluidas, utilizando-se da violência simbólica, podendo trocar de posição e papel, quando for este o melhor caminho para conquistar capital simbólico.

Um dos motes do trabalho surgiu a partir do questionamento de Antonio Callado, em breve livro de 1985 – *Entre Deus e a vasilha* –, sobre reportagem no Pontal de Paranapanema (SP), onde os sem-terra já atuavam em polêmicas invasões. É interessante observar que Callado – sensível à questão da terra desde os tempos das Ligas Camponesas – nunca utiliza a expressão “sem-terra”. Porém, tinha feito a viagem para ver como viviam os agricultores acampados. E concluiu, como está na epígrafe, que o tema “reforma agrária” se tinha tornado chato, obsoleto, desinteressante. Segundo ele, era “um truque epistemológico” da mentalidade brasileira para esquecer o problema, aparentemente insolúvel.

Da escassez inicial, curiosamente, passou-se nos anos 1990 à abundância na preocupação quanto ao tema. Segundo Martins (2000: 20), a evidência do MST na mídia chegou a ser “desproporcional à sua representatividade social no conjunto da população e dos problemas do país e às possibilidades históricas do seu agir”. Em 15 anos, portanto, houve um giro: de tema secundário, tornou-se assunto de primeiro plano, referência mundial de luta social, tema incontornável em programas de governo, com o qual se questionam presidenciais, criam-se atritos sociais, expõem-se contradições.

Não centramos a pesquisa num veículo específico. Segundo Abreu (2002: 35), se

as inovações técnicas e a concorrência têm um lado positivo, na medida em que tornam o poder mais transparente, elas também impõem uma uniformização ou uma homogeneidade a essa mercadoria que é a notícia. Observando-se os jornais diários e os telejornais, vê-se que as manchetes e as notícias do dia são praticamente iguais em todos os veículos.

E o autor completa: “A informação cotidiana divulgada pelos diferentes órgãos de imprensa está se tornando cada vez mais igual” (Abreu, 2002: 36).

Mesmo se houvesse maior diferença ideológica, tal como na França entre revistas como *Le Nouvel Observateur* (que se diz à esquerda) e *L'Express*, ainda assim isto não invalidaria a forma que trabalhamos. No nível de uma leitura

que não esteja voltada para a influência relativa dos conteúdos manifestos, de ordem política, e sim para as tendências profundas de um certo agenciamento discursivo, esses dois semanários antes se parecem do que se diferenciam (o que, aliás, do ponto de vista da dinâmica da estrutura social, está longe de surpreender: ambos são discursos urdidos no interior da cultura burguesa de uma sociedade capitalista industrial). (Verón, 1980: 237)

É importante frisar, porém, as realidades regionais. No Rio Grande do Sul, é questão candente desde o fim dos anos 1980 (Berger, 1998). Basta lembrar que um dos marcos da constituição do movimento se deu com a ocupação, em 7 de setembro de 1979, da fazenda Macali, em Ronda Alta, em ação promovida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Expulsos, os agricultores montaram o acampamento da Encruzilhada Natalino. Foi fato dramático, muito simbólico, em razão da violência governamental.

A crise do mercado da soja foi, no Rio Grande do Sul, o principal motivo para que uma legião de pequenos agricultores se visse na miséria (as cidades não absorviam mais mão-de-obra). Ações do mesmo tipo da que se realizou na Encruzilhada Natalino ocorreram em outras regiões. No Paraná, trabalhadores rurais realizam ocupações no Movimento dos Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro), que nasceu da resistência a desapropriações para a construção da hidrelétrica de Itaipu. No Bico do Papagaio, a violência contra posseiros, expulsos por grileiros, levou, sob o incentivo da CPT, à expansão do movimento de resistência. Em São Paulo, as ações começaram em 1980, perto de Andradina (conhecida desde os anos 1930 como a “terra do rei do gado”). Outro foco foi o Pontal.

Ações assim, com líderes interligados pela rede capilar da Igreja, culminaram na criação oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em janeiro de 1984, no Primeiro Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel, no Paraná. No ano seguinte, aconteceu o Primeiro Congresso Nacional dos Sem Terra, articulando representantes de movimentos de norte a sul. Foi por volta dessa época que começaram a surgir os “sem-terra”. Pois os integrantes do movimento não utilizam o hífen para se apresentar. Eles eram apenas agricultores que lutavam por reforma agrária, sem terra, e não os sem-terra. A expressão, que podia circular informalmente, foi incorporada, legitimada e, de certa forma, institucionalizada pela imprensa, que encontrou um

novo nome para algo antigo: gente que lutava por pedaço de chão para plantar e viver, mas que estava começando a se organizar de forma inédita no Brasil.

O próprio Stédile, líder do MST, em extensa entrevista à *New Left Review* em maio/junho de 2002, afirmou:

Por volta de 1983 e 1984, travamos muitos debates sobre como construir uma organização que espalhasse nossa luta por terra e, sobretudo, que pudesse transformar esses conflitos localizados em uma batalha maior por reforma agrária. Sabíamos que não iria mudar nada somente juntar algumas famílias, nos mudarmos para terras improdutivas e pensar que isso era o fim. Estávamos bem conscientes, pelas lutas agrárias do passado, que se os trabalhadores rurais não se organizassem, não lutassem por mais do que simplesmente um pedaço de chão, eles nunca alcançariam uma ampla consciência de classe nem seriam capazes de lutar contra os problemas básicos – porque terra, apenas, não liberta o trabalhador rural da exploração. Em janeiro de 1984, realizamos o Encontro Nacional em Cascavel, no Paraná, onde analisamos todas essas questões e resolvemos criar uma organização. O nome não tinha importância, mas a imprensa já tinha um apelido para a gente. Toda vez que ocupávamos alguma terra, os jornais diziam “lá vão os sem-terra de novo”. Tudo bem, como nos chamavam assim, resolvemos ser o “Movimento dos Sem Terra”. Estávamos ideologicamente mais inclinados a nos chamarmos “Movimento dos Trabalhadores pela Reforma Agrária”, porque a idéia era construir uma força social que fosse além da luta apenas por terra. Mas a história nunca depende inteiramente da intenção do povo. Ganhamos reputação como os “sem terra”, então o nome ficou; o máximo que fizemos foi inventar a abreviação – MST.

Desde este início, os agricultores que lutavam por terra souberam que, se travavam um combate físico e legal no campo, com a imprensa teriam de travar o combate da linguagem: para que se utilizasse a palavra certa (de seu ponto de vista) e pela quantidade (quanto mais palavras, melhor). Não acreditamos, entretanto, que a mídia esteja acima ou à frente da sociedade – ela é, sim, capaz de ensejar mudanças, mas dentro de determinados limites, sempre que haja espaço e predisposição social. Como diz Bourdieu (2001: 213),

a intenção política só se constitui em relação a um estado determinado do jogo político e, mais precisamente, do universo de técnicas de ação e de expressão que ele oferece a um momento dado do tempo. (...) A passagem do implícito ao explícito, da impressão subjetiva à expressão objetiva, à manifestação pública em um discurso ou ato público representa uma forma de oficialização, de legitimação.<sup>2</sup>

Quando a imprensa incorpora e faz reverberar a expressão “sem-terra”, há uma legitimação. Cria-se uma espécie de senha, ou âncora, que permite ao movimento ingressar em nova esfera, ou melhor, no “campo” (expressão cara a Bourdieu) jornalístico, a ser desbravado. A palavra funciona como ponte, interseção que permite o cruzamento do universo dos trabalhadores rurais, organizados com seus códigos e normas específicos (os quais advêm da cultura popular do interior, dos símbolos da Igreja e do legado das representações comunistas), com o universo da imprensa urbana.

A questão da “luta pelas classificações” – tal como a designa Bourdieu – não pode ser considerada um aspecto menor. O movimento dos agricultores concordou com a nomeação legitimada pela imprensa e selou com esta um pacto implícito: “A história nunca depende inteiramente da intenção do povo”, disse Stédile. Assim configurou-se a interseção, o ponto de partida que abriu todo um campo de possíveis e novos significados na relação entre mídia e sem-terra.

Como diz Bourdieu (2001: 173), “a eficiência simbólica das palavras é exercida apenas na medida em que quem a acolhe reconhece quem a exerceu como apto a exercê-la ou, o que se torna o mesmo, esquece-se e ignora-se, ao se submeter, como tendo contribuído, pelo reconhecimento que lhe é acordado, a fundá-la”. Sobre a luta das classificações e o poder de nomear (que poucos detêm), afirma ele sobre o universo do trabalho que “os nomes dos grupos, e notadamente dos grupos profissionais, registram um estado das lutas e das negociações a propósito das designações oficiais e das vantagens materiais e simbólicas que lhes são associadas” (Bourdieu, 2001: 309). Um exemplo: quando um professor se apresenta como educador.

Segundo Bourdieu (2001: 309), “o nome da profissão com o qual os agentes são dotados, o título que se lhes dá, é uma das retribuições positivas ou negativas (assim como o salário) como ‘marca distintiva’ (emblema ou estigma) dentro de um sistema”. Em sua opinião, “não é o valor relativo do trabalho que determina o valor do nome, mas o valor institucionalizado do título que serve de instrumento que permite defender e manter o valor do trabalho” (Bourdieu, 2001: 310). O poder da palavra não está nela própria, mas no resultado da luta simbólica que se exerce para a produção de sentidos.

Analiseemos, portanto, o “valor” da expressão *sem-terra*. Irresistível não nos referirmos a seu valor intrínseco: sem-terra, sem chão, em lugar nenhum, um não lugar, portanto uma utopia (do grego *u* = não, *topos* = lugar). Utopia, expressão de quimera, ilusão, miragem, sonho, imaginário. Nela se encerra a própria alucinação das cidades, onde se vive no ar ou no asfalto, longe da terra, eternamente sem terra. Expressão também da perfeição, do mundo ideal – como o de Thomas Morus –, mas ainda do terror, da violência e da opressão (também presentes na ilha de Morus) impostos para se concretizarem as utopias totalitárias,

nunca alcançadas, que deixaram marcas de fracasso e humilhação na história. Nessa associação, os sem-terra surgem perigosamente ambíguos, contraditórios, convergência de sonho e medo. Como negar que, no cotidiano, se equilibram sobre essas duas perspectivas? Inclusive, perpetuando-se com os dividendos obtidos pelo poder de criar o sonho e o medo?

Outro aspecto refere-se ao fortalecimento da democracia. Segundo Abreu (2002: 44),

a redemocratização no Brasil se deu paralelamente ao choque da desagregação dos regimes comunistas, ao desprestígio da ideologia marxista e ao fim das utopias de construção de um mundo socialista mais justo e igual. As velhas formas de engajamento foram substituídas por uma atuação política sem motivações revolucionárias, ou mesmo, muitas vezes, por uma atitude apolítica.

Observe-se que, de fato, o movimento dos sem-terra nunca se aliou oficialmente a nenhum partido. Quando despontou no cenário brasileiro, foi ao encontro da “nova concepção de participação política e das novas formas de mobilização social” (Abreu, 2002: 45) que emergiam, contexto no qual “os movimentos de defesa dos excluídos, por exemplo, estariam engajando tanto grupos de esquerda, quanto de direita” (idem). Nesse contexto, os sem-terra correspondiam aos anseios da nova modalidade do dito “jornalismo-cidadão”, que realça o conceito de utilidade social da mídia, ou seja, “de que a atividade jornalística deve servir aos interesses concretos dos cidadãos” (idem).

Voltando a Bourdieu, lembramos que ele trabalha com a idéia da homologia, outra hipótese para explicar como os sem-terra começaram a ganhar espaço nos jornais:

Os que ocupam as posições dominadas no espaço social estão também situados em posições dominadas no campo da produção simbólica e não vemos de onde poderiam obter os instrumentos de produção simbólica necessários para expressar seu ponto de vista próprio sobre o social, se a lógica própria do campo de produção cultural e os interesses específicos que nele se engendram não tivessem como efeito inclinar uma fração dos profissionais engajados nesse campo a oferecer aos dominados, à base de uma homologia de posição, os instrumentos de ruptura com as representações que se engendram na cumplicidade imediata das estruturas sociais e das estruturas mentais. (Bourdieu, 2001: 313)

Bourdieu (2001: 314) trata da homologia entre “a posição dominada que é a dos produtores de bens culturais no campo do poder (ou na divisão do

trabalho de dominação) e a posição no espaço social dos agentes os mais completamente despossuídos dos meios de produção econômica e cultural”. Segundo ele,

na realidade, o espaço social é um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos (...): no interior de cada um desses subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas são sem folga engajados em lutas de diferentes tipos (sem necessariamente se constituírem por isso em grupos antagônicos). (Bourdieu, 2001: 314)

E o mais importante, para o sociólogo, “é o fato de que, sobre a base das homologias de posição no interior dos diferentes campos, podem se instaurar alianças mais ou menos duráveis, e sempre fundadas sobre um mal-entendido mais ou menos consciente” (Bourdieu, 2001: 315).

Sobre o pacto já havíamos falado. Como se trata de uma luta permanente, é uma aliança também fluida, nunca definitiva.

O que se viu nos anos 1980 foi o início. A atenção que despertaram logo iria refluir. Só nos anos 1990 é que despertariam a atenção nacional.

### *Demarcando o terreno (1984-1989)*

De 1984 a 1989, os sem-terra viveram uma primeira fase no relacionamento com a mídia, na qual demarcaram seu terreno simbólico. No início da Nova República, período de maior abertura democrática, cresceu o interesse a seu respeito.

Os jornais paulistas foram mais ativos que os cariocas na divulgação do tema. Isso se pode explicar pelo fato de que, em São Paulo, os conflitos ocorreram de forma mais visível e dura que no Rio. Um dos focos era o Pontal. Em 1984, no dia 16 de julho, matéria de página inteira da *Folha de S. Paulo* dizia: “Acampados no Pontal podem ser reassentados em 47 dias” (de Paulo Mesquita). Junto à matéria, havia uma coordenada, “Luta pela terra teve início em novembro”, que começava assim:

15 de novembro de 1983, “dia da eleição”. Foi o dia escolhido por mais de quatrocentas famílias de lavradores sem-terra (*ora usam o hifen, ora não*) desempregados e famintos para invadir uma parte das terras (...) no Pontal. (...) Sem terra para plantar e sem trabalho para garantir uma sobrevivência digna, vítimas da violência dos proprietários e jagunços da região, explorados na condição de bóia-fria, os lavradores do Pontal organizaram um acampamento na beira da estrada e iniciaram um movimento pelo direito de trabalhar a terra.



Como negar que é matéria positiva aos sem-terra?

Nesse mesmo mês de outubro de 1984, destacamos, no dia 11, matéria do *Estado* (não assinada), na qual se dizia que “várias entidades estrangeiras, na maioria ligadas à Igreja, estão ajudando a manter os acampamentos” do MST no Brasil. Em outra matéria da *Folha*, de Dermi Azevedo, no dia 12 de outubro de 1984, um grupo de líderes sem-terra dizia estar perdendo a paciência com a burocracia e a lentidão da Justiça, por estarem vivendo na miséria. Mesmo assim, afirmavam que resistiriam com uma luta pacífica e permanente. Defendiam-se afirmando que eram “posseiros legais” há até trezentos anos, expulsos por invasores, grileiros, latifundiários. Lembravam ter direito à terra, por uma questão de “direito sagrado” – “Deus fez a terra para todos os homens” – e pelo Estatuto de Terras, que “assegura a terra a todo trabalhador”. Outra matéria de tom positivo.

Em 1985, a publicação de matérias a respeito teve um impulso com o governo Sarney, que anunciou um plano de reforma agrária, acirrando os ânimos no campo. Em 19 de julho de 1985, o *Jornal da Tarde* – do grupo do *Estado de S. Paulo* – publicou texto de página dupla com o título, em letras garrafais: “SEM-TERRA”. No subtítulo: “Um movimento novo no Brasil, mas muito bem organizado”. Era um panorama da situação em diferentes estados (RS, SC, PR, SP, ES, RJ e MG), analisando o impacto do projeto de Sarney.

Se não temos como realizar uma pesquisa de opinião para saber como se iniciou a recepção ao que se lia, podemos, porém, conferir, pelo tipo de matéria apresentada, a que demanda os jornais procuravam suprir. E vemos que, nessa época, boa parte dos textos era de apresentação (como voltaria a acontecer em 1993/94).

Quase um ano depois da reportagem do *Jornal da Tarde*, em 25 de maio de 1986, o *Estado de S. Paulo* publicou matéria afirmando no título: “Após o Plano, mais violência no campo” (referindo-se ao Plano de Reforma Agrária). Era reportagem de página inteira. Na abertura, o jornal dizia que “a tensão tornou-se maior com os novos acampamentos dos ‘sem-terra’ (aspas do jornal)”.

O interesse inicial, porém, diminuiria. Talvez porque não houvesse novos fatos, já que o plano de Sarney foi um fracasso, embora o movimento tenha crescido bastante no período. Em 1987, Colombani dizia em livro: “Rádios porta-vozes dos latifundiários, desinformação na imprensa escrita, sensacionalismo ao vivo nas TVs, fazer entender sua voz é para o MST um trabalho tão difícil quanto a conquista de uma terra para viver”. Já vimos que a relação era mais complexa. Mas, apesar das matérias publicadas a respeito, não o eram com frequência tal que criassem o fenômeno dos anos 1990. Os sem-terra chegaram ao fim dos anos 1980 tendo constituído um inestimável capital simbólico. Mas novas batalhas seriam travadas.

### *Chegando aos 1990: na defensiva (1990-1993)*

Os anos 1990 não começaram de forma alvissareira para os movimentos sociais. Com Collor, a violência oficial contra os sem-terra aumentou muito e, até 1992, eles obtiveram pouca visibilidade. Além disso, era momento em que o noticiário estava dominado pelas atribulações do governo, do confisco aos escândalos de corrupção que levaram ao *impeachment*.

Se, em 1980, o Rio Grande do Sul inaugurou no noticiário nacional o tema dos sem-terra, o mesmo voltaria a acontecer em 1990. Em 15 de agosto, *Veja* estampava na capa: “Violência – a escalada da selvageria assusta o país”. Um dos destaques era o conflito na praça da Matriz em Porto Alegre, entre sem-terra e policiais, que levara à morte do soldado Valdeci de Abreu Lopes, em 8 de agosto – caso “excepcional”, segundo Christa Berger, pelo acontecimento e pela repercussão.

Levantamento de Berger (1998: 156), revelou que “das 43 ocupações reivindicadas pelo MST no Rio Grande do Sul entre 1978 e 1993, 24 foram noticiadas pela *Zero Hora*. Destas, 18 encontram-se no período de 1990 a 1993, demonstrando, também, que a atenção ao Movimento vem aumentando”.

Em pesquisa na *Veja*, constata-se que, na primeira metade da década de 1990, eram escassas as referências aos sem-terra. Em 1990, o levantamento indica cinco referências (sejam de notas ou matérias). Em 1991, há também cinco referências; em 1992, uma referência; em 1993, três referências. Em 1994, acontece um aumento para oito referências; em 1995, para 12; em 1996, para 19; em 1997, para 64. Em 1998, o número cai para 23; em 1999, para oito; e em 2000 volta a subir para 55. É verdade que nem sempre esse tipo de indexação identifica o total de matérias sobre o tema, uma amostra da variação do interesse.

A expressão “sem-terra” não valia muito mais que outras usadas para o homem da terra desgarrado, como colono, assentado, posseiro, acampado, bóia-fria, parceiro, meeiro. Em 24 de fevereiro de 1991, o *Jornal do Brasil* publica pequena matéria sobre o sexto encontro anual dos sem-terra, em Piracicaba. O documento final fazia dura crítica à política agrícola de Collor e denunciava a criação de grupos paramilitares. Mas não havia continuidade nas matérias, e tampouco destaque.

Como veremos, aos poucos os sem-terra voltariam a encontrar espaço. Em texto de 18 de abril de 1993, o *Jornal do Brasil* fez um balanço das condições no meio rural: “Agricultura tem quatro milhões sem salário – números do IBGE revelam que trabalhadores rurais somam 14 milhões e boa parte vive em regime de semi-escavidão”. O jornal dizia que “essa situação acaba se transformando, por exemplo, num forte incentivo ao crescimento do Movimento dos Sem-Terra na Região Sul”. Havia um texto coordenado sobre os acampamentos: “Uma vida inteira à espera da terra – acampamentos são a última esperança para colonos gaúchos”.

O tom era de apresentação, como nos anos 1980, e há uma aura romântica. O principal personagem da coordenada é Bombacha, “colono” que tem sua vida contada. Não se trata de um acampado qualquer. Ao virar sem-terra, Sebastião ganhou uma identidade: “Hoje ele é ‘Bombacha’...”, expoente entre quem resolveu fugir da falta de emprego e de dinheiro. A atitude é embalada pelo sonho de uma “casinha em cima da terra, a família e Deus”. A matéria não tem conotação de confronto político, e revela o perfil antes conservador de seus integrantes.

### *Tomando posse do terreno (1994-1995)*

Com o *impeachment* e a eleição de 1994, o movimento se fortaleceu. As matérias de apresentação se tornaram mais freqüentes. O *impeachment* e o ano de eleição fizeram a sociedade reviver o clima da abertura, com a crença renovada nas instituições políticas. Houve o mesmo ambiente, com espaço para um tipo de homologia, ou pacto, tal como nos anos 1980.

A imprensa precisava expressar o clima de abertura, daí haver novamente a possibilidade de um canal para se retratar a emergência, no campo, de um movimento como o dos sem-terra – estruturado, prato cheio a ser devorado pelos “vampiros” da informação. E começavam a surgir matérias que abordavam de maneira direta a questão da violência e medo. Os brasileiros estavam conhecendo os sem-terra.

Em 1994, *Veja* publicou duas reportagens especiais. Na de 1º de junho de 1994, lia-se no título: “Olhai as foices dos pobres do campo” (não assinada), com cinco páginas e muitas fotos. No subtítulo: “Como chefes cristãos comunistas e chefiados de pés no chão, os sem-terra são anacrônicos e atualíssimos”. O movimento era associado a comunistas radicais e até a Lampião. Sua ação violenta era destacada (“Cinco PMs também morreram, por causa dos sem-terra”). “É um movimento camponês como nunca houve no país. Não possui líderes conhecidos, como Francisco Julião das ligas do pré-64. Vive longe dos sindicatos rurais e, nascido em comunidades da Igreja, afastou-se dela para invadir (eles preferem dizer ‘ocupar’) fazendas”. “É um fenômeno atualíssimo, muito temido e pouco estudado”. Junto à face violenta, ressaltavam-se aspectos positivos, como a eficiência em assentamentos. Em 21 de setembro de 1994, *Veja* publicava a outra reportagem, favorável, com o título “Essa brava gente brasileira” (de Silvio Ferraz), na qual mostrava como se organizavam invasões em terras improdutivas.

Em outubro de 1995, o *Estado de S. Paulo* dizia:

Quando o presidente FHC se deu conta de que os partidos de esquerda armavam uma arapuca para ele no campo, com madeira e linha fornecidas pela inoperância do próprio governo no setor, não

teve dúvidas. Chamou o secretário particular Francisco Graziano Neto, deu-lhe o comando do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e abriu um diálogo com a base de esquerda e, por tabela, alterou a hierarquia do Planalto. O Incra deixou a condição limitada de autarquia do Ministério da Agricultura e ganhou status de primeiro escalão.

Na mesma reportagem, Brasília Araújo Neto, que perdera o lugar para Graziano, reconhecia a mudança de postura do governo. “Havia duas saídas”, diz Brasília, referindo-se à troca no comando do Incra. “A primeira era a de reprimir as invasões e a segunda, uma medida política”, argumenta. “O presidente optou pela saída política”, lamenta Brasília, defensor da primeira alternativa.

A mudança ocorrera dois meses depois do massacre de nove sem-terra em Corumbiara, 830 quilômetros ao sul do Porto Velho, em Rondônia, na Fazenda Santa Elina. No confronto, morreram dois PMs e uma criança de sete anos, e muitas pessoas ficaram feridas. O ataque aconteceu quando quinhentas famílias sem-terra dormiam. Segundo disse, no dia 13 de agosto de 1995, o *ombudsman* da *Folha* (Marcelo Leite), o massacre tinha sido o segundo assunto da semana (depois de escândalo envolvendo o “xerife dos preços” José Milton Dallari). Foi a manchete do jornal no dia 10 de agosto, decisão que elogiava.

O massacre (cujo julgamento só iria começar cinco anos depois) é um dos acontecimentos mais importantes na história do MST, e foi um dos marcos no processo que os levou a se tornar amplamente conhecidos. O geógrafo Bernardo Mançano, em entrevista ao jornal *Caros Amigos* de outubro de 2000, diz que só “em 1995, a partir da ocupação do Pontal de Paranapanema, da novela ‘O rei do gado’, do massacre de Corumbiara, do massacre de Eldorado dos Carajás e da Marcha foi que o MST passou a ser conhecido *nacionalmente*”.

Os massacres e a Marcha de 1997 funcionaram como estopim, o que faltava para que ocorresse a mudança de status diante da opinião pública. Esses acontecimentos sozinhos – sem todo o capital simbólico que até então se acumulara desde os anos 1980 – não seriam capazes de processar a mudança. Lembrando o trabalho de Verón (1980) sobre a produção de sentido, diz ele que a semiótica social – que envolve uma gramática de produção (no caso, pela mídia e pelos sem-terra), os discursos (cujo principal produto, no nosso caso, é texto que se lê) e uma gramática de reconhecimento (pelo consumidor, no caso o leitor) – forma uma rede infinita. Isso indica, portanto, que seria insuficiente trabalharmos com uma matéria ou grupo de matérias de determinado período (por exemplo 1994/1995) para entendermos como se deu a relação dos sem-terra com a mídia. Pois até a leitura de um texto isolado se dá pela comparação com outro texto, mesmo que esteja este na mente do leitor; em nosso caso, acreditamos que houve uma fermentação de vários anos que culminou no reconhecimento nacional.

*Comunhão (17 de abril de 1996 - 17 de abril 1997)*

Na madrugada do dia 17 de abril de 1996, o MST realizou a maior e mais bem-sucedida ocupação de sua história. Stélide contou à *New Left Review*:

A maior ocupação de todas aconteceu em 1996, na Fazenda Giacometti, no Paraná. A propriedade se estende por mais de 80 mil hectares de terra boa, fértil, cobrindo três municípios. Era um insulto à sociedade aquela terra continuar improdutiva – todos os agricultores na região tinham raiva disso; todo mundo. (...) Decidimos montar um acampamento ao lado da estrada, onde as pessoas pudessem se reunir, caso resolvessem se juntar à ocupação, em vez de ir diretamente para a Fazenda Giacometti. (...) Quando os líderes decidiram a data da ocupação, resolvemos que seria com o método tradicional – costumamos alugar caminhões, pôr todo mundo neles e dirigir até o lugar da ocupação. Mas naquela noite havia tantas famílias envolvidas, que decidimos não usar os caminhões. (...) Quando chegamos à fazenda, o dia estava nascendo, e a polícia ordenou que saíssemos imediatamente. Mas havia tanta gente – dez mil sem-terra com os sacos na cabeça carregando os seus pertences – que tudo que a polícia pôde fazer foi ajudar a procissão a seguir pela estrada e garantir que não houvesse nenhum acidente com os carros. (...) Foi a nossa maior vitória, e como sabíamos que seria um evento histórico, convidamos Sebastião Salgado para fazer as fotografias da marcha. Foi épico, a maior de todas as ocupações de terra que já realizamos até hoje.

As fotos de Salgado depois ganharam o mundo no livro *Terra*, publicado no ano seguinte pela Companhia das Letras, com texto de José Saramago. Mas não foi somente a ocupação da Fazenda Giacometti que ele fotografou. Poucas horas depois do êxito no Paraná, os disparos e a brutalidade da PM que agia a mando do governador tucano Almir Gabriel, do Pará, causaram a morte de 19 sem-terra, numa chacina que deixou outra meia centena ferida. 17 de abril se tornaria o dia mundial da reforma agrária, celebrado pela Via Campesina. A tragédia, em Eldorado dos Carajás, só seria descoberta 24 horas depois.

Salgado não hesitou em ir ao enterro dos sem-terra. A chacina foi a capa das principais revistas e manchete dos jornais brasileiros. Assim começava a matéria “Sangue em Eldorado” (de Monica Bergamo e Gerson Camarotti), de 24 de abril, da *Veja*:

Recolhidos num posto do Instituto Médico-Legal de Marabá, os corpos de Eldorado dos Carajás trazem as marcas de um massacre. Manchas roxas informam que tomaram chutes e pontapés, enor-

mes buracos de bala e manchas de pólvora comprovam que foram dados tiros à queima-roupa, membros mutilados e cabeças arreventadas denunciam uma selvageria além de qualquer razão ou limite. Os homens e as mulheres atacados na floresta, que deixaram sangue e pedaços de cérebro espalhados pelo chão e pela relva, são esses brasileiros chamados de sem-terra, cidadãos que andam descalços, têm as roupas sujas de barro e só costumam ser notícia sob a forma de cadáver.

Pelo menos mil sem-terra que obstruíam uma rodovia no sul do Pará, para exigir terras numa fazenda das proximidades, foram atacados por duzentos policiais, que obedeciam às ordens do governador. As imagens da chacina (feitas por um único cinegrafista, do SBT, que fazia um trabalho para a TV Globo) e o exame dos legistas não deixaram dúvida de que os sem-terra foram vítimas de execuções sumárias. Numa reportagem intitulada “Colheita macabra”, *Istoé* dizia, em 24 de abril de 1996: “Colhe-se o que se planta. Pouco depois das quatro e meia da tarde da quarta-feira, 17, uma rajada de metralhadora disparada por um policial militar brasileiro repercutiu em 61 idiomas. Começava naquele momento a mais bárbara chacina de trabalhadores sem-terra já cometida no país”.

A tragédia teve forte repercussão internacional. Sem a atuação da imprensa brasileira e estrangeira, certamente o episódio não teria causado tanto desconforto social. Em 19 de abril, *O Globo* publicava sobre a repercussão:

As principais agências internacionais de notícias transmitiram informações sobre o massacre para seus clientes – jornais e emissoras de rádio e televisão – no mundo inteiro. Os números da tragédia eram atualizados ao longo do dia pelos correspondentes, que também divulgavam a repercussão no Brasil. O trabalho envolveu jornalistas de agências dos Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra e Espanha.

O caso de Corumbiara também era destacado, além de haver coordenada sobre a situação agrária: “Conflitos por terras marcam a História dos povos – na América Latina, confrontos entre camponeses e proprietários de terras dão a tônica do continente”. Um exemplo citado era o dos zapatistas de Chiapas.

*Veja* dizia:

O presidente Fernando Henrique Cardoso estava em viagem de propaganda do [programa] Comunidade Solidária quando pediram que falasse sobre o massacre. Como um sociólogo debruçado sobre personagens de uma tese acadêmica, e não pessoas de carne e osso, com sonhos de um futuro melhor, filhos para criar e uma vida para tocar, Fernando Henrique classificou os sem-terra e a PM de representantes do “Brasil arcaico”, em oposição ao Brasil “moderno”, do qual se consi-

dera representante, talvez condutor. O presidente só mudou de atitude depois que outros “modernos” se mostraram sinceramente chocados com o que ocorrera com os “arcaicos”. Quando o assunto se tornou manchete em todas as emissoras de rádio e TV, inclusive internacionais, Fernando Henrique desceu de seu gabinete no Planalto para dizer que considerava o episódio “inaceitável, injustificável, e que constrange o país e o presidente da República”.

Poucos dias depois da chacina, FH anunciou, em 24 de abril, a criação do Ministério da Política Fundiária, e nomeou para chefiá-lo o ex-comunista Raul Jungmann (Graziano já não estava à frente do Incra, cuja presidência era exercida por Raul do Valle).

O novo ministro, segundo matéria de 26 de abril de 1996 no *Globo*, anunciou uma série de idéias, como criar “um conselho da reforma agrária, reformular o Incra, municipalizar os assentamentos”. No início de maio, os sem-terra tiveram seu quarto encontro com o presidente. A partir dali se iniciaria de forma mais clara um período de confronto com o governo, que em 1997 tenderia a se aprofundar. Mas, por enquanto, a comunhão causada pelos massacres fortalecera os sem-terra, que viviam uma fase de lua-de-mel com a opinião pública. A novela *O Rei do Gado*, de Benedito Ruy Barbosa, que estrearia em 17 de agosto daquele ano no horário nobre (ficando no ar até 14 de fevereiro de 1997), seria um dos pontos altos do namoro.

Entre a novela e a notícia aconteceu um cruzamento interessante, segundo Eugenio Bucci, em entrevista a *Cultura Vozes*: a telenovela “tematiza questões de realidade que eram tabu no telejornal e muitas vezes o telejornal se estrutura com o andamento narrativo típico do melodrama, como se fosse uma obra de ficção”.

Mas, estaríamos diante de um problema do noticiário ou do extremo sucesso da novela, armada de mais recursos para atingir os telespectadores – de forma mais sutil, com efeitos mais duradouros – que o jornalismo? O espetáculo das imagens, da chacina em Eldorado dos Carajás, da novela, e as fotografias de Salgado foram fundamentais para conquistar a sociedade do espetáculo. E o show maior estava por vir, com a Marcha dos Sem-Terra, que chegou a Brasília no dia 17 de abril de 1997, um ano depois do massacre no Pará.

Pela TV, acontece a troca entre fracos e fortes, num efeito de reconhecimento invertido. Numa crônica sobre a guerra na Bósnia, Baudrillard comentou a sensação que lhe despertavam os horrores dos Bálcãs. O francês se surpreendia com a

superioridade absoluta, o estatuto excepcional conferido pela infelicidade, pela aflição e pela desilusão total – a mesma que

permitia aos habitantes de Sarajevo tratar os “europeus” com desprezo, ou ao menos com um ar de liberdade sarcástico, em contraste com o remorso e a contrição hipócrita de seus interlocutores. Não eram os primeiros (os bósnios) que tinham necessidade de compaixão; eram eles que se tornavam compreensivos em relação ao nosso destino miserável. (Baudrillard, 1999: 99)

A marcha dos sem-terra em 1997 foi o grande momento dos sem-terra nos anos 1990. Colunas de sem-terra que por meses haviam atravessado o Brasil, vindo de diferentes capitais, juntaram-se em Brasília no dia 17 de abril. O país estava lá, física ou virtualmente.

A lista de categorias sociais que compareceram à chegada da Marcha Nacional, por mais que se tentasse exaustiva, permanecia incompleta. Nos textos jornalísticos, entidades sociais nacionalmente conhecidas eram apresentadas lado a lado com grupos desconhecidos, cujo anonimato servia apenas para indicar o anonimato de outras tantas presentes na manifestação. (Chaves, 2000: 358)

Ensaçou-se naquele dia o ansiado pacto social: “A caminhada foi interrompida no limite da Praça dos Três Poderes, local em que parlamentares (...) discursaram. O acesso ao palanque foi democrático, inclusive com a participação de partidos governistas” (Chaves, 2000: 360). O encontro com FH, porém, não foi proveitoso. Depois da festa, o confronto.

### *Confronto (1997-2000)*

“Foi uma diferença. Eles partiram logo para o confronto. Mudou o tom, todo mundo sentiu. Foi uma surpresa”, lembrou, em entrevista informal, jornalista que na ocasião trabalhava na editora de política de um grande jornal. Sua sensação era de que, de certa forma, os sem-terra haviam traído o apoio que por meses, aos poucos, tinham conquistado. A partir daquele momento, os sem-terra ingressaram em nova esfera de luta simbólica, mais politizada, com códigos e normas diferentes do universo no qual eram costumeiramente retratados.

A simpatia pelo movimento evaporou-se. Se antes toda a crítica ao governo já estava presente nas entrevistas dos sem-terra, em geral não era algo retratado como um confronto direto, oposicionista, ao governo federal. Havia até um ar folclórico, como em texto de junho de 1996, no *Jornal do Brasil*, “O jogo pesado do líder do MST”, sobre Stédile, que começava da seguinte forma:

Conversar com Stédile e outros líderes do MST é entrar numa máquina do tempo. Esqueça palavras como globalização e neoli-



beralismo. Eles odeiam. Relembre velhas expressões do tipo luta de classes e burguesia. A primeira pergunta a esse gremista radical, quarto zagueiro de áridos recursos na pelada de domingo, é sobre o discurso do MST: toda essa fúria ideológica não seria anacrônica?

Com o convite inicial à “máquina do tempo”, a matéria não estaria propondo uma viagem a um mundo de fantasia, em que se pode perdoar tudo?

Outro exemplo, bem diferente, temos no *Globo* de 28 de abril de 1996, um domingo, poucos dias depois do massacre: “MST vai ‘invadir’ também o Planalto – Movimento dos Sem Terra decide radicalizar e fazer reivindicações políticas em encontro com o presidente no Planalto”. Apesar desse tom ameaçador, o texto se centra na questão da reforma agrária, e na discussão de propostas para soluções no campo. Não se rompe a cerca desse campo de discussão.

Teria o MST lastro, legitimidade – no novo campo simbólico – para se impor na forma de uma oposição política ao governo? Vejamos algumas matérias publicadas pouco depois da Marcha. Em 20 de abril de 1997, a *Folha* disse: “MST agora pretende comandar oposição – sem-terra planejam novos atos pelo país e avaliam que projeto do PT não vai além da disputa eleitoral” (de Patricia Zorzan e Igor Gielow). Na primeira frase: “O MST avalia, após a marcha de dois meses que culminou com o maior ato anti-FHC já ocorrido (...), ter condições de comandar a oposição”.

No mesmo dia, o *Jornal do Brasil* publicava matérias no mesmo tom: “Invasões fazem FH endurecer – ocupação do Planalto, declarações de Stédile e coquetéis Molotov levaram presidente a escrever discurso agressivo”. No alto de outra página: “Stédile nega incitação aos saques – líder dos sem-terra prega a organização popular e afirma que FH tenta desviar atenção das crises do governo”. No dia 12 de junho, a manchete do *Jornal do Brasil*: “Líder do MST é condenado a 26 anos”: “Acusado de co-autoria nos assassinatos de um fazendeiro e um policial em junho de 1989, o líder do MST José Rainha foi condenado ontem”.

O pacto – fluido, subjacente, mas ainda assim um pacto – selado nos primórdios da história do MST, e que até há pouco perdurara, estava enterrado. Mas o movimento já conquistara tal capital simbólico, que lhe era permitido falar sobre o que quisesse, e ser ouvido. Seus líderes puderam se expressar, sem ser ignorados, pois tiveram espaço para isso, o que indica legitimidade.

Em 3 de junho de 1998, *Veja* publicou capa que sintetizou o clima reinante: “A esquerda com raiva”. O rosto de Stédile, cara séria, era projetado sobre uma luz vermelha, como se fosse um diabo. Dentro, o título: “O que eles querem – os dirigentes do MST dizem que não querem só terra e falam em revolução e socialismo” (de André Petry e Eduardo Oinegue). Mais uma vez, a apresentação na primeira frase:

“Estamos diante de uma organização absolutamente nova e diferente de tudo o que já se viu na História do Brasil. O Movimento dos Sem Terra revelou ao país um tipo de organização de massa que nós não conhecíamos”. Quem faz essa afirmação é o deputado Milton Temer, do PT do Rio de Janeiro, militante da ala radical do partido e habituado às lides de esquerda. Criado em 1984, entre agricultores do Rio Grande do Sul, o MST virou fenômeno – político e social.

Ao longo do texto, a revista contava: “O MST quer muito mais do que se pensa. Distribuição de terras é apenas uma etapa do projeto”.

Notícias boas também havia, como uma matéria feita no Nordeste sobre a alfabetização de milhares de sem-terra.

Longe da gritaria provocada pela ameaça de saques no sertão nordestino, e das ocupações de terras que promove em todo o país, o MST conta com um exército silencioso que trava uma anônima guerra contra um problema que atinge pelo menos 210 mil jovens e adultos de ocupações e assentamentos: o analfabetismo.

Feita para um grande jornal cerca de um ano depois da Marcha, essa matéria nunca chegou a ser publicada. Não porque houvesse censura, mas simplesmente porque “não havia clima”, segundo um dos editores de política. Seria, certamente, uma incoerência publicá-la, diante de tantas outras de contexto discursivo completamente diverso.

O MST conquistara, pela mídia, legitimidade para se expressar. Restava saber se poderia sustentá-la por muito tempo. O jogo político – com o governo, os partidos de esquerda – não parecia ter conferido ao movimento essa legitimidade. Era corpo estranho.

Na segunda metade dos anos 1990, o movimento conseguira se apropriar do tema “conflito rural” nas páginas dos jornais. Quem lia os jornais em 1997 e 1998 podia se estarrecer com sua força no Brasil (e no mundo) plenamente neoliberal dos anos 1990, quando prevalecia a idéia da quase negação da política.

A estridência provocada por sua tentativa de se consolidar na esfera política não iria longe. Sem gerar novidades, pouco tempo depois o MST praticamente iria desaparecer dos jornais, pelo menos até a comemoração dos 500 anos, em 2000, quando voltariam à linha de frente do noticiário, com ações que levariam FH a chamá-los de fascistas.

Houve outra capa negativa de *Veja*: “A tática da baderna”, em 10 de maio de 2000. Mas a essa altura seu capital simbólico já permitia que se sentassem à mesa de debates, ouvidos por intelectuais, ao lado de índios e negros (os quais viram eclodir nos anos 1990 o movimento dos quilombolas).<sup>3</sup> Era quase como se constituíssem uma nova identidade étnica<sup>4</sup> no país.

Este trabalho se encerra no ano de 2000, por acreditarmos que, naquele ano, os sem-terra conquistaram o status que destacamos no início do artigo, de ator incontornável na cena política. Desde então, pactos foram refeitos e desfeitos. Mas, nosso maior objetivo aqui foi identificar os momentos fundadores, cruciais para se entender como se processou o que chamamos de “novidade social nos anos 1990”, a década neoliberal. São momentos de rompimento. Muitos outros aspectos sobre os sem-terra podem ser observados a partir do picadeiro midiático, como sua relação com a globalização e com a questão da violência. Nenhum outro movimento social no país processou tão bem duas heranças históricas – uma que advém de raiz popular, do interior do país, e outra resultante da influência da militância das classes médias. Ao destacarmos como se deu a interação desse complexo e ambíguo movimento social com a mídia, podemos compreender como a própria mídia atua na contemporaneidade.

### *Notas*

---

1. Foram feitas pesquisas nos arquivos de um grande jornal, *O Globo*, e de uma grande revista, *Veja*. Nesse tipo de pesquisa, tem-se acesso a pastas e indexações sobre o tema em questão, realizadas pelos departamentos de pesquisa do veículo, que reúne recortes de toda a mídia, segundo avaliação e critério do pesquisador da empresa. Por isso, muitas vezes, as indexações não são completas. Mas consideramos ser uma indicação, uma amostra do interesse despertado pelo tema em determinado momento. Nas pastas consultadas em *O Globo*, praticamente não havia matérias sobre os sem-terra nos anos 1980. Podem ter sido publicadas, mas não foram selecionadas pela pesquisa, o que indica que, certamente, não tiveram destaque no jornal ou não despertaram interesse, do ponto de vista daquele veículo. Nosso trabalho foi realizado por amostragem. Selecionamos, para o estudo, reportagens que se destacaram por três critérios: abrangência (em geral, balanços e

reportagens de fim de semana); repetição (quando um tema é sistematicamente tratado pela imprensa, selecionamos algumas reportagens como exemplo); e ineditismo (quando o assunto é diferente e traz uma contribuição para a compreensão do estudo). Na revista *Veja*, há uma indexação numérica das reportagens publicadas, ano a ano, o que para nosso estudo foi interessante, por ser uma amostragem do interesse despertado.

2. Este trabalho privilegia, propositalmente, fontes secundárias para ouvir os sem-terra. O objetivo não foi contar sua história propriamente, mas a sua história na mídia, disponível para quem vive nos grandes centros. Não foi a mídia que inventou o MST. Quisemos ressaltar o fato de que, para atingir a opinião pública, foram criadas estratégias para ensejar a comunicação. Isso se dá por meio do pacto. As repactuações são constantes, como num processo de modelagem no qual, constantemente, os sem-terra precisam se reconstruir para vencer. A análise do significado de sua emergência nos anos 1990, a década dita neoliberal e anticomunista, é feita mais

profundamente na tese de mestrado “A aventura inédita dos sem-terra. O choque na mídia: formas de atualização do passado e a novidade social nos anos 90”, defendida pela autora em novembro de 2002 na ECO/UFRJ. Discute-se quais anseios os sem-terra supriram socialmente, apesar de muitas vezes soarem anacrônicos em relação a seu tempo.

3. Mesa-redonda na Unicamp, com o professor Laymert Garcia dos Santos, o sem-terra Egídio Brunetto e o representante do movimento negro Gilberto Leal, reproduzida na revista *Os Sentidos da Comemoração*.

4. Como diz Hobsbawm, “a etnia é um modo de encher os espaços vazios do nacionalismo”. Assim, Sabino Arana

inventa o nome de Euskadi para o país das pessoas que deram a si mesmas (ou às quais foi atribuída) uma denominação coletiva (bascos, gascões ou qualquer outra coisa), mas que não sentiram necessidade do tipo de país, Estado ou nação que Arana tinha em mente. Em outras palavras, o nacionalismo combina com a teoria política; a etnia, com a sociologia ou a antropologia social. Ela pode assumir a forma de Estado ou de qualquer outra organização política, ou deixar isso de lado. Quando se torna político, não tem nenhuma afinidade especial com a política etnicamente rotulada. Tudo que é preciso é que o rótulo político, seja qual for, tenha um apelo desmedidamente intenso para os membros do grupo étnico” (Hobsbawm, 2000: 274).

## Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves. 2002.

*A modernização da imprensa brasileira (1970-2000)*. Coleção Descobrendo o Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

BAUDRILLARD, Jean. 1999. *Tela total, mito-ironia da era do virtual e da imagem*. Porto Alegre, Sulina.

BERGER, Christa. 1998. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre, Universidade/UFRGS.

BERTOL, Rachel. 1997. “Pour la gauche, tournez à droite: les bulgares ont chassé la gauche du pouvoir”. *Europ Magazine*, maio.

BOURDIEU, Pierre. 2001.

*Langage et pouvoir symbolique*. Paris, Fayard.

BUCCI, Eugênio. 2002. “Entre o jornalismo e o espetáculo, a arte e o grotesco: alguns conflitos da televisão: entrevista”. *Cultura Vozes*. Petrópolis, Vozes.

———. 2000. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo, Companhia das Letras.

CALLADO, Antonio. 1985. *Entre o Deus e a vasilha: ensaio sobre a reforma agrária brasileira, a qual nunca foi feita*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

CHAVES, Christine de Alencar. 2000. *A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/UFRJ/Núcleo de Antropologia Política.

COLOMBANI, Olivier. 1987. *Paysans du Brésil: la lutte des sans terre*. Paris, La Découverte.

HOBSBAWM, Eric. 2000. “Etnia e nacionalismo na Europa de hoje”, em

- Um mapa da questão nacional.*  
Organização de Gopal Balakrishnan.  
Rio de Janeiro, Contraponto.
- KOTSCHO, Ricardo. 1981.  
*O massacre dos posseiros:  
conflito de terras no Araguaia-Tocantins.*  
São Paulo, Brasiliense.
- LAYMERT, Garcia dos Santos;  
BRUNETTO, Egídio & LEAL,  
Gilberto. 2000. “Brasil 500  
anos – Resistência indígena, negra e  
popular”, em *Sentidos da  
comemoração*. Projeto História,  
vol. 20. São Paulo, Educ/ Fapesp/  
Finep.
- MARTINS, José de Souza. 2000.  
*Reforma agrária: o impossível diálogo.*  
São Paulo, Edusp.
- . 2002. *A sociedade vista do abismo:  
novos estudos sobre exclusão, pobreza e  
classes sociais.* Petrópolis, Vozes.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. 1997. *As  
formas do silêncio.* Campinas, Unicamp.
- STÉDILE, João Pedro. 2002. “Landless  
batallions”. *New Left Review*, Londres,  
mai./jun.
- VERÓN, Eliseo. 1980. *A produção de  
sentido.* São Paulo, Cultrix.
- Material de pesquisa de *O Globo*,  
*Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo*,  
*Estado de São Paulo*, *Jornal da  
Tarde*, *Correio Braziliense*, *Veja* e *Istoé*.
- (Recebido para publicação em  
dezembro de 2002)